

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
3º QUADRIMESTRE DE 2012
AUDIÊNCIA PÚBLICA □ AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 26/02/2013.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2012, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no átrio da Prefeitura Municipal e no site www.famurs.com.br e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2012, o resultado primário foi de R\$ 354.751,15. Esse valor é R\$ superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ -630.600,80. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 88.596,83 no período.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 11.041.563,126, correspondendo a 107,54 % da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias □ representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos □ que corresponderam no mesmo período, a R\$ 10.686.812,01. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário acima da projeção para o período.

QUADRO 1 □ RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA A	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr .
Receitas Correntes	12.144.270,00	12.885.777 ,47	106,1 1
(-) Rendimentos de	686.200,80	1.150.758,3 8	167,7 0

Aplicações			
(-) Deduções da Receita Corrente	1.715.800,00	1.617.195,19	94,25
1 (=) Receitas Primárias Correntes	9.742.269,20	10.117.823,90	103,85
Receitas de Capital	569.710,00	938.193,79	164,68
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	25.000,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	20.000,00	14.454,53	72,27
2 (=) Receitas Primárias de Capital	524.710,00	923.739,26	176,05
3 Receitas Primárias Totais (1 2)	10.266.979,20	11.041.563,16	107,54
DESPESA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	10.406.766,35	9.504.278,14	91,33
(-) Juros e Encargos	9.600,00	8.325,10	86,72

s da Dívida			
4 (=) Despesas Primárias Correntes	10.397.166,35	9.495.953,04	91,33
Despesas de Capital	1.786.377,05	1.279.455,80	71,62
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	91.000,00	88.596,83	97,36
5 (=) Despesas Primárias de Capital	1.695.377,05	1.190.858,97	70,24
6 Despesas Primárias Líquidas (4 5)	12.092.543,40	10.686.812,01	88,38
7 Saldos de Exercícios Anteriores		1.120.565,77	
8 Resultado Primário (3 □ 6)		354.751,15	

9 Resultado Primário Ajustado (367)		1.475.316,92	
--	--	---------------------	--

Observações:

- a) De acordo com o disposto na Portaria STN nº 462/2009 (MTDF), na avaliação das metas relativas ao primeiro e segundo quadrimestre, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. Porém, no encerramento do terceiro quadrimestre (final de exercício), as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.

2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluída as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2012 no montante de R\$ 11.468.680,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2012 foi de R\$ 12.206.776,07, tendo sido arrecadado, portanto 106,44% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 11.468.680,00, constante na programação financeira que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se um excedente de 6,44%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 102,05 % da programação anual.

QUADRO 2 DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Ano
1 <input type="checkbox"/> Receitas Correntes	12.144.270,00	12.144.270,00	12.393.598,56	102,05
Receita Tributária	466.700,00	466.700,00	575.113,99	123,23
Receita de Contribuições	240.000,00	240.000,00	249.954,59	104,15
Receita Patrimonial	689.200,80	689.200,80	1.166.921,72	169,32
Receita Agropecuária	1.000,00	1.000,00	2.151,00	215,10
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	40.000,00	40.000,00	55.745,77	139,36
Transferências Correntes	10.638.819,20	10.638.819,20	10.297.741,19	96,79

Outras Rec. Correntes	68.550,00	68.550,00	45.970,30	67,06
2 <input type="checkbox"/> Receitas Intra-orç	470.500,00	470.500,00	492.178,91	104,61
Receitas de Contribuições	470.500,00	470.500,00	492.178,91	104,61
3 <input type="checkbox"/> Receitas de Capital	569.710,00	569.710,00	959.164,50	168,36
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
Amort. de Empréstimos	20.000,00	20.000,00	14.454,53	72,27
Transfer. De Capital	508.210,00	508.210,00	914.590,49	179,96
Outras Rec. De Capital	16.500,00	16.500,00	30.119,48	182,54
4 (-) Deduç. da Receita	1.715.800,00	1.715,800, 00	1.638.195,60	95,48
Total da Receita	11.468.680,00	11.468.680,00	12.206.776,07	106,44

Fonte:

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 12.144.270,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 12.393.598,56, superando 2,05% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de transferências e as receitas patrimoniais, que figuraram, respectivamente, com 84,36% e 9,56% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das receitas tributárias, que apresentaram variação positiva de 123,23% em relação ao valor previsto para o exercício.

2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 575.113,99, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 466.700,00, representa uma realização de 123,23 % da projeção estimado para o ano.

Conforme demonstrado no Quadro 3, o I P T U arrecadou 101,93% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 140.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 142.705,77. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada positivamente pela atualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 90.000,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 124.935,10, 138,82 do valor previsto para 2013. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um decréscimo de 10,53 % em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao I S S Q N, a arrecadação no período foi de R\$ 179.834,82, o que representa 138,33% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implementação de uma política de combate à sonegação de impostos, bem como a atualização da legislação municipal.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 59.219,48, contra uma projeção de R\$ 52.700,00. Arrecadou-se, portanto, 112,37% da meta anual.

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor de R\$ 249.954,59, correspondendo a 104,15% da previsão anual. As receitas mais expressivas nesse grupo, decorrentes da contribuição do servidor ativo e inativo para o Fundo de

Previdência Social Municipal que registraram uma arrecadação de R\$ 207.060,29, correspondendo a 103,53 % da projeção anual.

QUADRO 3 RECEITAS TRIBUTÁRIAS PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	414.000,00	515.894,51	124,61
I P T U	140.000,00	142.705,77	101,93
I R R F	54.000,00	68.418,82	126,70
I T B I	90.000,00	124.935,10	138,52
I S S Q N	130.000,00	179.834,82	138,33
Taxas	52.700,00	59.219,48	112,37
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	32.500,00	33.850,99	104,16
Taxas p/ Prestação de Serviços	20.200,00	25.368,49	125,59
Contribuição de Melhorias	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Tributárias	466.700,00	575.113,99	123,23

2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, o valor de R\$ 249.954,59, correspondendo a 104,15% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da contribuição do servidor e registraram uma arrecadação de R\$ 207.060,29, correspondendo a 103,53 % da projeção inicial.

QUADRO 4 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Contribuições Sociais	200.000,00	207.060,29	103,53
Contribuições Previdenciárias	200.000,00	207.060,29	103,53
Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	40.000,00	42.894,30	107,24
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	40.000,00	42.894,30	107,24
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Contribuições	240.000,00	249.954,59	104,15

Fonte:

2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 5**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, que realizou R\$ 5.464.630,84 no período, correspondendo a 89,15% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional - STN a qual estimou uma variação positiva referente(s) às transferências aos Estados e Municípios.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 - Lei Kandir realizou 96,09% do valor previsto. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional, que indicou aumento gradativo dos repasses da União aos Municípios.

As Transferências de Convênios com a União e Estado demonstraram um realizado de 77,82% em comparação à projeção para o ano, correspondendo a R\$ 151.883,09.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 2.400.661,88, ou seja, 102,16% da expectativa inicial, que era de R\$ 2.350.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que sofreu um decréscimo de 3,03% em relação ao ano anterior e, também, do aumento da atividade econômica no Estado.

As Outras Transferências Correntes registraram o montante de R\$ 45.970,30, contra uma previsão de R\$ 68.550,00. A variação negativa é verificada, principalmente, na rubrica Restituições Programa Troca-Troca de um valor projetado de R\$ 21.000,00 ocorreu um realizado de R\$ 0,00.

QUADRO 5 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Transferências da União	6.877.550,00	6.346.656,16	92,28
Cota parte do FPM	6.130.000,00	5.464.630,84	89,15
Cota parte do ITR	3.000,00	2.799,95	93,33
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	23.000,00	22.101,12	96,09
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	0,00	0,00	0,00
PAB - Parte Fixa	87.000,00	105.885,64	121,71
PAB - Parte Variável	336.000,00	433.148,16	128,91
Outras Transferências do SUS	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNAS	86.250,00	101.470,26	117,65
Transferências do FNDE	127.000,00	121.130,22	95,38
Transferências de Convênios	81.464,20	0,00	0,00
Outras Transferências da União	85.300,00	95.489,97	111,95
Transferências do Estado	2.903.100,00	3.124.131,34	170,61
Cota Parte do ICMS	2.350.000,00	2.400.661,88	102,16
Cota Parte do IPVA	260.000,00	290.411,70	111,70
Cota Parte do IPI / Exportação	48.000,00	40.210,56	83,77
Cota parte da CIDE	20.000,00	11.702,64	58,51
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	225.100,00	334.510,38	148,61
Transf. Fundo Est. Ass. Social(FEAS)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do Estado	3.000,00	46.634,18	1.554,47

Fonte:

2.1.4 - Transferências do FUNDEB

QUADRO 6 □ TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB □ PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	660.000,00	668.667,61	101,31
Valores Transferidos para o FUNDEB	1.715.800,00	1.597.726,95	93,12
Ganho / Perda com o FUNDEB	1.055.800,00	929.059,34	88,00

2.1.5 □ Receitas Correntes-Intra Orçamentárias

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Receitas Intra Orçamentárias	470.500,00	492.178,91	104,61
Contribuição Patronal	245.500,00	251.231,20	102,33
Recuper.Deficit Atuarial/Financeiro	170.000,00	186.150,61	109,50
Parcelamento de Débito	55.000,00	54.797,10	99,63

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 264,68% do projetado. A maior previsão e, também, maior desempenho verificado (a) nesse grupo ocorreu nas receitas de Transferências de capital, que demonstraram um ingresso de 179,96% diante do projetado, correspondendo a R\$ 914.590,49. Na composição dessa receita, prevalece o item Convênio Pro-Infância(construção Creche), que teve desempenho favorável realizando 128,36% do previsto.

QUADRO 7 □ RECEITAS DE CAPITAL □ PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	569.710,00	938.193,79	264,68
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	25.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	20.000,00	14.454,53	57,82
Transferências de Capital	508.210,00	914.590,49	179,96
Outras Receitas de Capital	16.500,00	30.119,48	182,54
(-)Dedução da Receita de Capital	0,00	20.970,71	

Fonte:

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S no período de janeiro a dezembro de 2013, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,88%, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 1.423.042,13. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intraorçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano totalizaram R\$ 10.783.833,94, valor equivalente a 94,03% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 9.504.278,14, correspondendo a 102,50% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 1.279.455,80, superiores ao valor projetado para o período de R\$ 1.082.640,00.

QUADRO 8 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	11.468.680,00	12.206.776,07	106,44

Despesa Liquidada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	9.272.540,00	9.504.278,14	102,50
Pessoal e Encargos Sociais	4.605.450,00	4.678.848,87	101,59
Juros e Encargos da Dívida	9.600,00	8.325,10	86,72
Outras Despesas Correntes	4.657.490,00	4.817.104,17	103,43
Despesas de Capital	1.082.640,00	1.279.455,80	118,18
Investimentos	991.640,00	1.190.858,97	120,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	91.000,00	88.596,83	97,36
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Reserva Contingência <input type="checkbox"/> Exec-RPPS	1.113.500,00	0,00	0,00
(2) Despesa Total	11.468.680,00	10.783.733,94	94,03
Resultado Orçamentário (1-2)		1.423.042,13	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		0,88	

Observação: Conforme a Portaria STN nº 462/2009, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

3.1 – Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 8.325,10, correspondendo a 86,72% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 88.596,83, representaram um desembolso correspondente a 97,36% do total programado..

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, as receitas provenientes das liberações de operações de crédito totalizaram R\$ 0,00, para um valor amortizado de R\$ 88.596,83 e um pagamento de juros de R\$ 8.325,10. Essa ocorrência indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida.

3.2 – Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos, superaram ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 991.640,00, apresentando uma execução de R\$ 1.190.858,97. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

Construção de Unidade de Saúde em andamento

Brinquedos Escola Emafa

Aquisição de dois carretões hidráulicos

Construção Escola de Ensino Infantil-Creche em andamento

Construção/Ampliação Ginásio Girolamo Sanson em andamento

Aquisição de equipamentos de informática

Aquisição de Condicionadores de ar

Aquisição de um veículo-Smec

Aquisição de uma Camionete-Obras

Aquisições de bens móveis em geral.

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando o poder executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (janeiro a dezembro), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente o limite de comprometimento de 36,62% para o Executivo e de 2,85% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 10.350.384,05 e está assim discriminada:

QUADRO 9 APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	12.393.598,56
(-) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho	47.276,45
(-) Deduções das Receitas Correntes	1.617.195,19
(-) Contribuição dos Servidores para o R P P S	207.060,29
(-) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	28.197,99
(-) Rendimentos de Aplicações do R P P S	1.072.543,93
() Perda com o Fundeb	929.059,34
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.350.384,05

QUADRO 10 DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	3.790.429,84	36,62%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	294.957,43	2,85%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	4.085.387,27	39,47%	57%	60%

5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 2.337.074,58, o que corresponde a 26,72% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 6**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao F U N D E B. Assim, a perda deverá ser computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 649.276,30, o que corresponde a 96,92% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

QUADRO 11 □ RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	424.500,00	525.474,03	123,79
Receitas de Impostos	424.500,00	525.474,03	123,79
Receitas de Transferências Constitucionais	8.814.000,00	8.220.816,05	93,27
TOTAL DAS RECEITAS	9.238.500,00	8.746.290,08	94,67
Mínimo a Aplicar em M D E (25%)	2.309.625,00	2.186.572,52	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
ENSINO FUNDAMENTAL	1.047.061,83	978.955,01	93,50
ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00
ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	349.725,39	222.683,41	63,67

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	265.785,00	242.375,02	91,19
() Perda com o FUNDEB)	1.055.800,00	929.059,34	88,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.000,00	11.451,37	143,14
(-) Gastos superávit Financ.2011-Fundeb	0,00	24.546,83	
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	2.726.372,22	2.337.074,58	85,72
PERCENTUAL APLICADO		26,72	

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde (ações e serviços públicos em saúde) atingiram o montante de R\$ 1.672.026,92, o que corresponde a 19,64% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

QUADRO 12 □ RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	424.500,00	525.474,03	123,79
Receitas de Impostos	424.500,00	525.474,03	123,79
Receitas de Transferências Constitucionais	8.579.000,00	7.988.635,67	93,12
TOTAL DAS RECEITAS	9.003.500,00	8.514.109,70	94,56
Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)	1.350.525,00	1.277.116,46	94,56
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
ATENÇÃO BÁSICA	2.291.330,74	1.856.103,80	81,01
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	186.175,99	186.175,99	100,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	15.650,00	9.071,33	57,96
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	5.300,00	2.990,12	56,42
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES	493.386,52	487.564,87	98,82
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	0,00	869.879,19	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	0,00	0,00	
TOTAL APLICADO NO PERÍODO	2.991.843,25	1.672.026,92	55,89

7. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA □ RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ 194.164,67, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 13 □ DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2012	Varição %
I □ Dívida Consolidada ou Fundada	535.091,37	523.856,37	2,10
II □ Deduções	2.413.476,06	2.175.627,35	9,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.608.997,79	2.224.427,27	14,74
Demais haveres financeiros	124,38	132,00	6,13
(-) Restos a pagar proces. (Exceto precat.)	195.646,11	48.931,92	74,99
Dívida Consolidada Líquida (sem RPPS) (III = I □ II)	-1.838.393,40	-1.651.770,98	10,15
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	380.755,44	373.213,19	1,98
Dív.Fiscal Líquida (sem RPPS) (VI)=III IV-V	2.219.148,84	2.024.984,17	8,75

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 523.856,37, assim discriminados: Operações de Crédito R\$ 82.661,98, Precatórios R\$ 67.981,20 e outras dívidas (parcelamento RPPS) no valor de R\$ 373.213,19. Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve decréscimo da ordem de 2,10%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida □ DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida □ RCL não deve ultrapassar o limite de 120%, observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de 15,67%, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

8- DISPONIBILIDADES / RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Em 2012, os Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo foram de R\$ 936.710,64 e R\$ 5.850,41, respectivamente. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R\$ 9.964.703,76, ao passo que as do Legislativo ficaram em R\$ 5.850,41. A relação □Saldo de Caixa / Restos a Pagar□, para cada fonte de recursos pode ser visualizada no quadro a seguir:

QUADRO 14 □ DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Especificação	Restos a Pagar Exerc. Anteriores	Inscrições do Exercício	Disp. Financeira
Recurso Livre <input type="checkbox"/> Executivo	0,00	64.726,96	514.879,48
Recurso da Educação (MDE)	0,00	121.007,45	315.811,89
Recurso da Saúde (ASPS)	0,00	8.480,52	32.176,76
Recurso do RPPS	0,00	0,00	7.594.306,64
Recurso Construção Creche	5.541,39	546.573,73	715.616,92
Recurso CRAS/PAIF	0,00	1.900,00	7.956,47
Recurso Convênio Ministério.Esporte-Ginasio Girolamo Sanson.	56.386,60	0,00	62.223,39
Recurso Convênio Revitalização Praça	116.221,50	0,00	116.360,12
Recurso Construção/Ampl.Unidade de Saúde	0,00	15.872,49	18.904,02
Outros recursos	0,00	0,00	586.468,07
Recurso Livre - Legislativo	0,00	5.850,41	5.850,41
T O T A I S ----->	178.149,49	764.411,56	9.970.554,17
Especificação	Restos a Pagar Exerc. Anteriores	Inscrições do Exercício	Disp. Financeira
Recurso Livre <input type="checkbox"/> Executivo	0,00	64.726,96	514.879,48
Recurso da Educação (MDE)	0,00	121.007,45	315.811,89
Recurso da Saúde (ASPS)	0,00	8.480,52	32.176,76
Recurso do RPPS	0,00	0,00	7.594.306,64
Recurso Construção Creche	5.541,39	546.573,73	715.616,92
Recurso CRAS/PAIF	0,00	1.900,00	7.956,47
Recurso Convênio Ministério.Esporte-Ginasio Girolamo Sanson.	56.386,60	0,00	62.223,39
Recurso Convênio Revitalização Praça	116.221,50	0,00	116.360,12
Recurso Construção/Ampl.Unidade de Saúde	0,00	15.872,49	18.904,02
Outros recursos	0,00	0,00	586.468,07
Recurso Livre - Legislativo	0,00	5.850,41	5.850,41
T O T A I S ----->	178.149,49	764.411,56	9.970.554,17

OBS: O valor de R\$ 60.788,00 lançado na fonte de recurso 1103 refere-se à parcela que o Ministério do Esporte não repassou aos cofres municipais relativo ao contrato de repasse 325.537-56/2010 para conclusão e ampliação do Ginásio Girolamo Sanson, nota de empenho 2010NE900158 emitida em 21/05/2010. O valor de R\$ 112.393,12, lançado na fonte de recurso 1105 refere-se à parcela que o Ministério do Turismo não repassou aos cofres municipais relativo ao contrato de repasse 0346462-09/2010 para revitalização da praça em frente ao Santuário São Paulo Apóstolo.

9. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 1594/2005, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 1.799.981,12, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 353.258,46, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 1.446.722,66, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$

7.594.306,64, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 14 □ RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas	Realizadas	% Real/ Progr
RECEITAS CORRENTES	806.000,00	1.307.802,21	162,20
Receita de Contribuições	200.000,00	207.060,29	103,53
Contribuições de Servidores p/ RPPS	200.000,00	207.060,29	103,53
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações)	580.000,00	1.072.543,93	184,92
Outras Receitas Correntes	26.000,00	28.197,99	108,45
Compensação Previdenciária	26.000,00	28.197,99	108,45
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	470.500,00	492.178,91	104,61
Contribuição Patronal do Exercício	245.500,00	251.231,20	102,54
Parcelamento de débitos	55.000,00	54.797,10	99,63
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT	170.000,00	186.150,61	109,50
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	1.276.500,00	1.799.981,12	141,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas	Liquidadas	% Liq / Progr
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
	323.000,00	343.258,46	106,27

Despesas de Capital	250.000,00	225.559,79	90,22	81,77	207,60	0,00
	17.000,00	13.901,04				0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.000,00	103.797,63				
Aposentadorias	0,00	0,00				
Pensões						
Outros Benefícios Previdenciários						
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS						
DEMAIS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	6.000,00	0,00				0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS	953.500,00	0,00				0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.276.500,00	343.258,46				

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)	1.456.722,66
--	---------------------

	Saldo no Início do Quadrimestre	Saldo no Final do Quadrimestre
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	7.116.770,10	7.594.306,64

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Secretário da Fazenda